

Para além da zona de conforto *Como os partidos europeus de centro- -esquerda mudam de orientação em questões referentes à imigração*

Michael Bröning

JUNHO DE 2018

- Vários estrategistas nos diretórios partidários de orientação progressista lamentaram as ênfases políticas supostamente mal-colocadas – bem entendido, não pelo seu próprio partido, mas pelos eleitores e pelas eleitoras, que pelo visto não compreendiam quais temas no fundo deveriam lhes despertar maior interesse.
- Colocados diante de desafios políticos concretos, as eleitoras e os eleitores orientam-se mais por respostas convincentes do que pelo direito de propriedade intelectual no campo político-ideológico. Não fosse assim, teríamos, ao menos na Alemanha, um socialdemocrata na chancelaria desde 2005.
- Em regra, a crítica usual a essas mudanças de posição refere-se a dois aspectos: a força persuasiva das respostas elaboradas e a questão da consciência da responsabilidade política.



A esquerda tradicional na Europa parece cada vez mais ameaçada de extinção. Em menos de dois anos, os partidos socialdemocratas sofreram derrotas históricas na França, nos Países Baixos, na Alemanha e na Itália. Tal colapso da esquerda, em um continente caracterizado durante muito tempo pela concorrência democrática entre partidos de centro-direita e centro-esquerda, poderia ter consequências que transcendem em muito os interesses particulares dos partidos.

Ao lado de decisões falhas no campo da política econômica – que desempenharam um papel significativo –, uma das forças motrizes mais importantes do descenso atual da esquerda-do-centro é tão desoladora quanto simplória: as eleitoras e os eleitores europeus posicionam-se cada vez mais críticos diante da imigração e não confiam nos partidos de esquerda para uma limitação efetiva da imigração.

Em consequência disso, quase todo processo eleitoral dos últimos tempos passou a ser efetivamente um plebiscito sobre a imigração. Movimentos populistas de direita mostraram competência ao tirar partido dos temores dos eleitores da classe trabalhadora, convencendo-os de que os tradicionais partidos operários possibilitariam a afluência praticamente irrestrita de imigrantes.

Depois de uma campanha eleitoral concentrada na suposta “ameaça aos valores cristãos” por parte de imigrantes muçulmanos, o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán contabilizou em abril uma vitória arrasadora. Na Itália, o novo governo de coalizão, direcionado contra o *establishment*, conseguiu chegar ao poder graças aos elevados índices de aprovação da Liga, estritamente hostil à imigração, cujo líder Matteo Salvini é o novo ministro do interior e vice-primeiro-ministro. Na Eslovênia, o partido direitista de oposição do

ex-primeiro-ministro Janez Janša conquistou nas eleições parlamentares de junho deste ano quase 25% dos votos, resultado com o qual Janša formará o próximo governo do país. Na esteira do presidente dos EUA, Donald Trump, a plataforma eleitoral de Janša adotara o slogan anti-imigração “A Eslovênia em primeiro lugar”.

Quando os populistas de direita começaram a ganhar espaço político, uma série de partidos de centro-esquerda na Europa alimentou, em um primeiro momento, a esperança de enfrentar o desafio mediante a ostentação dos seus tradicionais pontos fortes. Para evitar um fortalecimento não-intencionado da narrativa direitista, eles procuraram, no combate eleitoral, levar o debate público para os temas de sua zona de conforto ideológica: desemprego, desigualdade e justiça social. Ao mesmo tempo, vários estrategistas nos diretórios partidários de orientação progressista lamentaram as ênfases políticas supostamente mal-colocadas – bem entendido, não pelo seu próprio partido, mas pelos eleitores e pelas eleitoras, que pelo visto não compreendiam quais temas *no fundo* deveriam lhes despertar maior interesse.

O resultado desses esforços é conhecido, pois a série de derrotas dolorosas proclama a seguinte descoberta: eleitores preocupados sobretudo com problemas resultantes da imigração não podem ser conquistados com reivindicações de maior justiça, não importa quão justificadas estas sejam. Só depois de uma superação política sensata do desafio da política migratória os tradicionais pontos fortes da esquerda-do-centro podem ter uma nova oportunidade. Esta é uma das causas, e não a última, por trás do sucesso persistente de Jeremy Corbyn no Reino Unido.

Diante dessa descoberta, ao menos alguns dos grandes partidos remanescentes de centro-es-



querda da Europa iniciaram uma mudança de orientação, em cujo âmbito os socialdemocratas em vários países de importância decisiva repensam posições há muito tempo cultivadas no campo da gestão da migração.

Na Alemanha, a discussão em torno do asilo na melhor das hipóteses foi postergada, mas não encerrada. Ao passo que o SPD se empenha por uma solução europeia e rejeita um fechamento generalizado das fronteiras da República Federal da Alemanha, ocorrem aqui claramente algumas mudanças de ênfase. Assim a presidente do partido, Andrea Nahles, exigiu há alguns dias trâmites mais rápidos na concessão do asilo, que permitiriam aos órgãos públicos levar a bom termo, no prazo de uma semana, pedidos de asilo oriundos de Estados terceiros seguros. Algumas semanas antes, Nahle defendera – irritando alguns membros do círculo maior da cúpula e da juventude partidária – um maior realismo no debate em torno da migração e anunciara que a Alemanha “não poderia acolher a todos”.

De momento, o Partido Socialdemocrata da Áustria parece impor com maior clareza a sua mudança de orientação com relação à imigração. Há pouco tempo, a direção do partido apresentou um programa partidário novo, a ser oficializado ainda neste ano, redefinindo a posição do partido como “simpática à integração” em oposição a “simpática à imigração”. A frase central é “Integração no lugar de imigração”. Embora o programa professe as “obrigações humanitárias do país”, ele também exige decididamente uma “proteção em boas condições de funcionamento” das fronteiras externas da União Europeia.

Os socialdemocratas dinamarqueses estão um passo à frente dos colegas austríacos: por ocasião dos preparativos para as eleições do próximo ano, aprovaram recentemente um

novo memorando sobre o tema da imigração, intitulado “Com justiça e realismo”. A vinda de migrantes à Dinamarca poderia, segundo a posição defendida no memorando, ser reduzida mediante a criação de “centros de acolhida” fora da Europa, nos quais deveriam ser tomadas as decisões sobre pedidos de asilo. Além disso, o memorando exige também uma cooperação mais estreita com as Nações Unidas, bem como um “Plano Marshall” para a África, que deveria motivar um número maior de migrantes a ficarem nos seus países de origem

Esta é também a posição majoritária dos socialdemocratas suecos, na sua tentativa de encontrar um *modus vivendi* com o forte apoio público ao partido anti-imigratório *Democratas Suecos*, de extrema direita. Stefan Löfven, primeiro-ministro e candidato à reeleição em setembro próximo, caracterizou há pouco a política migratória tradicionalmente aberta do seu país como “intolerável”. A estratégia por ele proposta sob o título “Uma política migratória segura para uma nova época” reduziria à metade o número dos refugiados acolhidos pela Suécia e evitaria que postulantes ao asilo recebessem, depois de rejeitados, benefícios a título de ajuda social. Sua posição foi fortemente criticada por grupos simpáticos à imigração.

Em regra, a crítica usual a essas mudanças de posição refere-se a dois aspectos: a força persuasiva das respostas elaboradas e a questão da consciência da responsabilidade política. Assim, os críticos dessa mudança de rumo advertem que tal política correria atrás dos acontecimentos reais, mas os eleitores e as eleitoras sempre dariam preferência “ao original”. Nessa perspectiva, uma mudança de orientação não compensaria nas urnas, mas apenas poria em risco o que lhes resta de credibilidade política.



Decerto tal argumento não pode ser desmontado levemente. Credibilidade é um bem de valor elevado, e marchar de acordo com o vento é o oposto quase exato da liderança política. Mas a fidelidade aos princípios não pode terminar na negação da realidade. Colocados diante de desafios políticos concretos, as eleitoras e os eleitores orientam-se mais por respostas convincentes do que pelo direito de propriedade intelectual no campo político-ideológico. Não fosse assim, teríamos, ao menos na Alemanha, um socialdemocrata na chancelaria desde 2005.

Deste modo, é de importância decisiva a questão da responsabilidade política. Em tese, empenhos em prol da limitação ou superação da migração não são sinônimos de racismo ou xenofobia. No entanto, um desafio central continua sendo preservar a formulação moralmente aceitável de respostas políticas. Obviamente não é possível copiar os receituários grosseiramente nativistas da direita radical. Isso não seria apenas contraproducente para a economia, mas contrário a valores fundamentais progressistas e, além disso, também ofenderia os ainda remanescentes apoiadores da esquerda-do-centro, de posições mais cosmopolitas. Vista sob esse ângulo, uma mudança de atitude demasiado drástica poderia surtir efeitos contraproducentes para os cambaleantes partidos de centro-esquerda, nos planos moral e político.

Para sair desse dilema, os partidos europeus de centro-esquerda deveriam buscar um equilíbrio entre a solidariedade nacional e internacional. Isso exige a formulação de uma estratégia assentada em três pilares: uma limitação eficaz da imigração, a ênfase na integração e empenhos de natureza humanitária para amenizar o sofrimento inimaginável daqueles que precisam migrar. Tal enfoque abriria mão da escalada retórica e ofereceria em seu lugar

soluções genuínas, orientadas para o futuro e moralmente sustentáveis. O primeiro-ministro canadense Justin Trudeau defende esse enfoque, assim como o presidente francês Emmanuel Macron. Os partidos europeus de centro-esquerda deveriam seguir esse exemplo e reconhecer que tal reposicionamento não é sinônimo de liquidação moral, mas sim a chave da sobrevivência política para além de 15% dos votos.

Este texto é a versão longa da contribuição “Europe’s Left Turns Right on Immigration”, publicado em 19 de junho em Project Syndicate.



Autor

Michael Bröning, Dr. rer. pol., é diretor do Departamento de Análise Política Internacional da Fundação Friedrich Ebert e editor da revista *Internationale Politik und Gesellschaft*.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-037-4

